

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
PLANO ESTRATÉGICO CICLO 2021 - 2026

ANO 2023

Perspectiva	N.	Objetivo Estratégico	Descrição do objetivo	Indicador TRT/MG	Meta Nacional 2023*	Descrição da meta
SOCIEDADE	OE1	Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais	Aperfeiçoar os processos de comunicação para ampliar o conhecimento acerca da estratégia institucional, da estrutura de governança, das entregas realizadas e dos resultados gerados, de modo a atingir todos os atores sociais e de fortalecer a imagem do Tribunal, bem como desenvolver programas interinstitucionais como ação estratégica voltada para a execução das políticas de desjudicialização e prevenção dos litígios, com foco no estabelecimento de parcerias para fortalecer a gestão judiciária.	Índice de parcerias institucionais (PI)		Média do impacto potencial das parcerias igual ou superior a 50 pontos
	OE2	Promover o trabalho decente e a sustentabilidade	Aperfeiçoar os processos de comunicação para ampliar o conhecimento acerca da estratégia institucional, da estrutura de governança, das entregas realizadas e dos resultados gerados, de modo a atingir todos os atores sociais e de fortalecer a imagem do Tribunal, bem como desenvolver programas interinstitucionais como ação estratégica voltada para a execução das políticas de desjudicialização e prevenção dos litígios, com foco no estabelecimento de parcerias para fortalecer a gestão judiciária.		Meta Nacional 9: Estimular a Inovação no Poder Judiciário	Implantar, no ano de 2023, um projeto oriundo do laboratório de inovação, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionado à Agenda 2030
PROCESSOS INTERNOS	OE3	Garantir a duração razoável do processo	Promover ambientes de trabalho seguros e protegidos, a dignificação do trabalhador, a não discriminação de gêneros, raça e diversidade, o combate ao trabalho infantil, bem como a gestão e o uso sustentável, eficiente e eficaz dos recursos sociais, ambientais e econômicos, visando o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas – Agenda 2030.		Meta Nacional 1: Julgar mais processos que os distribuídos	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.
	OE4	Promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados	Promover mecanismos de integridade e transparência em relação aos atos de gestão praticados, garantindo-se alinhamento entre a estratégia institucional e as prioridades de gestão, assim como entre as despesas de maior impacto orçamentário e a aplicação assertiva dos recursos públicos.	Índice de atendimento às deliberações e às recomendações decorrentes de auditoria	Meta Nacional 2: Julgar processos mais antigos	Julgar pelo menos, 93% dos processos distribuídos até 31/12/2021, nos 1º e 2º graus
	OE5	Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas	Proporcionar o desenvolvimento da cultura da paz, estimulando a aplicação de meios de resolução consensual de conflitos, como a mediação e a conciliação, e incentivar a realização de programas interinstitucionais de cooperação, visando à desjudicialização e à prevenção de litígios, por meio do diálogo e da concertação social, de modo a consolidar as disposições das Resoluções n. 125 de 2010 e n. 350 de 2020, do CNI, e da Resolução n. 174 de 2016, do CSJT.	Índice de Transparência	Meta Nacional 3: Estimular a conciliação	Alcançar 60% no percentual de determinações e/ou recomendações decorrentes de auditorias que foram cumpridas e/ou implementadas
	OE6	Garantir a efetividade do tratamento das demandas repetitivas	Garantir estrutura, sistemas de informação, processos de trabalho padronizado, bem como pessoal qualificado para o tratamento e solução das demandas judiciais seriadas, visando alcançar maior segurança jurídica, economia processual e racionalidade administrativa na gestão judiciária.	Tempo médio entre o trânsito em julgado / ou sentença de mérito do precedente e a sentença de aplicação da tese		Julgar, em até 170 dias corridos, 70% dos processos sobrestados em razão de repercussão geral e casos repetitivos após a "sentença" (acórdão) de mérito do precedente
	OE7	Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica	Aprimorar, com suporte de sistemas digitais integrados, as estruturas de governança e gestão estratégica, de modo a desenvolver processos de trabalho inovadores, bem como os relacionados às atividades de compliance e gestão de riscos organizacional, que permitam a tramitação de processos e documentos e a prática de atos de gestão com maior rastreabilidade, segurança, confiabilidade, integridade, atualidade, celeridade, transparência e eficiência.	Índice de Gestão de Riscos em Processos Críticos (IGRPC)		Incrementar o IGRPC para 30% em 2023
	OE8	Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira	Assegurar a eficiência da gestão orçamentária e financeira vinculada à estratégia, por meio do funcionamento aperfeiçoado e universal de mecanismos de administração orçamentária e financeira, com dados integros sobre o planejamento e a qualidade da execução do orçamento.	Índice de desempenho dos Órgãos no Prêmio CNI de Qualidade nos Eixos "Governança" e "Qualidade da Informação"		Melhorar o nível de desempenho no índice em relação ao exercício de 2022
	OE9	Incrementar modelo de gestão de pessoas em âmbito nacional	Aplicar estratégias para aprimorar o dimensionamento e a alocação da força de trabalho, desenvolver as competências e o desempenho, bem como promover a saúde, a segurança e a qualidade de vida no trabalho, tendo como referencial a corresponsabilidade das lideranças, a autorresponsabilidade dos servidores e magistrados e a inovação dos métodos de trabalho nas modalidades presencial e a distância.	Índice de cumprimento da Emenda Constitucional nº 95/2016 (ICEC95)	Meta específica da JT: Promover Saúde de magistrados e servidores	Realizar exames periódicos de saúde em 15% dos magistrados e 15% dos servidores e promover pelo menos 3 ações com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde ou de uma das cinco maiores causas de absenteismos do ano anterior.
APRENDIZADO E CRESCIMENTO	OE10	Aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados	Aprimorar a governança, a gestão, a infraestrutura tecnológica e os mecanismos de proteção dos dados institucionais, garantindo a disponibilidade dos serviços digitais essenciais à otimização da prestação jurisdicional.	Índice de absenteísmo-doença - percentual de ausências de magistrados e servidores (requisitados ou não) ao trabalho por motivo de doença própria		Alcançar índice menor ou igual a 2,5%
				Índice de avaliação do IGVotIC-JUD		Alcançar 15% das participações em ações de qualidade de vida
				Índice de adesão à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)		Manter o nível "Aprimorado" na avaliação do CNI
						Manter o nível "Em aprimoramento"